

GT2 Políticas públicas e cidades

A construção da identidade da criança negra no espaço social escolar na periferia de Santana do Livramento – RS a partir da implementação da lei 10.639/03

Flavia Acosta Duarte, Dr. Marcus Vinicius Spolle

Universidade Federal de Pelotas

Mestranda em Sociologia

Pelotas - Rio Grande do Sul

flavicaacosta@gmail.com

O tema proposto é a construção da identidade da criança negra na periferia de Santana do Livramento-RS a partir da implementação da lei 10.639/03. Os números do IBGE indicam uma presença representativa da população negra na cidade. A construção das identidades dentro das escolas como objeto de investigação seria uma forma de interpretar a mesma em um dos locais onde os processos de socialização e construção identitária acontecem. São as relações sociais que auxiliam na construção das identidades e as ações afirmativas implementadas na escola vem ao encontro da necessidade de fortalecimento da cultura e identidade das crianças negras. O objetivo geral desta pesquisa é entender como está sendo construída a identidade da criança negra no meio escolar nas escolas estaduais de Santana do Livramento após a implementação da lei 10.639/03. Esta investigação será feita em Santana do Livramento, e pesquisará alunos, professores, diretores e pais, em escolas estaduais de diferentes bairros da periferia da cidade.

Palavras-chave: políticas públicas; identidade; lei 10.639/03; educação.

Introdução

Segundo o Censo Demográfico de 2010, Santana do Livramento conta com uma população negra de 20%, de um total de 82.464 mil habitantes. É importante ressaltar que, como consta no Estatuto de Igualdade Racial: “a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor

ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Os números indicam uma presença representativa da população negra na cidade de Santana do Livramento. Isso se deve ao passado escravista, que, segundo Jane Rocha de Mattos (2010), já no ano de 1858, os dados populacionais indicavam uma população de livres de 1598, 67 libertos e 803 escravos, na cidade de Santana do Livramento. Mesmo assim, não se percebe, claramente, a inclusão dos mesmos na sociedade santanense. Quero dizer que, quando refletimos com relação a todos os setores de serviços em geral, oferecidos nesta cidade, a presença desta população negra não é facilmente encontrada.

Por isso, as políticas afirmativas podem ajudar a mudar esse quadro por estarem voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras (Gomes, 2006). A escola, a partir das ações afirmativas, viria a fortalecer a importância da cultura e da identidade das crianças negras. O cotidiano das relações sociais no Brasil é exposto de forma racializada, por exemplo, numa série de dados estatísticos sobre desigualdade de acesso a recursos sociais como escolaridade, emprego, ocupação de postos de trabalho. (ANJOS, 2008)

Nilma Lino Gomes (2006) aponta a educação brasileira como um espaço onde ainda persistem as desigualdades sociais e raciais. Daí a importância do Estado adotar políticas e práticas de superação do racismo e da desigualdade racial, nas escolas do ensino fundamental e médio.

Por tudo isso, o estatuto da Igualdade Racial (Lei número 12.288, de 2010) destina-se a garantir à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos ou difusos. Além disso, busca combater a discriminação racial e qualquer outra forma de intolerância étnica. De acordo com este estatuto, (atualizado em 25/3/2014), nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta obrigatoriedade também aparece na lei 10.639/2003. Segundo o que consta no estatuto, os professores terão a formação inicial e continuada oferecida pelo órgão executivo e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput do artigo.

A pesquisa tratará sobre a construção da identidade da criança negra, mas, para isso, tratará também da identidade racial, das ações afirmativas e da educação.

A proposta desta pesquisa é tentar compreender como a construção da identidade da criança negra está acontecendo no âmbito escolar depois da implementação da lei 10.639/03, verificar os efeitos da mesma, e analisar de que forma a implementação da lei em questão pode contribuir na construção da identidade da criança negra.

O problema desta pesquisa, ou seja, como está acontecendo esta construção da identidade da criança negra no meio social da escola poderá trazer, também, uma visão de como a lei 10.639 está participando desta construção em Santana do Livramento e suas conseqüências em um âmbito geral. Com isso, vários caminhos podem ser traçados e aprimorados. As ações afirmativas, para Guimarães (2005), são ações jurídicas implementadas na sociedade buscando uma igualdade de possibilidades. Elas seriam uma forma de utilização de princípios de uma competição justa entre os indivíduos, ou seja, uma forma ou tentativa de garantir uma menor desigualdade racial.

A construção da identidade da criança negra é um somatório de experiências e para contribuir de forma saudável deve-se ter conhecimento e vontade, pois mudanças fazem-se necessárias e com elas pode-se superar o racismo, o preconceito e a discriminação que sofrem os negros na sociedade brasileira. Faz parte de uma luta, “luta para tornar os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual, atributos negados pelo racismo moderno”. (GIRLOY, P., 2001, p.40)

O objetivo geral desta pesquisa é verificar como está sendo construída a identidade da criança negra no meio social escolar nas escolas estaduais da periferia de Santana do Livramento após a implementação da lei 10.639/03.

Os objetivos específicos são: analisar o que o meio social escolar está proporcionando para auxiliar na construção da identidade das crianças negras; analisar o material didático e como o mesmo está sendo usado; identificar em que ano letivo está sendo implementada a lei 10.639 e com que tipo de programação; verificar como os alunos estão assimilando o processo de construção de suas identidades e como compreendem o tema no espaço social; averiguar de que forma é vista esta participação da escola pelos pais ou responsáveis como parte do processo identitário da criança negra. Um dos pontos principais neste estudo é com relação à identidade. Alguns autores serão tomados como base onde utilizaremos suas definições e para que possamos analisar o processo de

construção das identidades das crianças.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa será feita em Santana do Livramento, em escolas estaduais de diferentes bairros da cidade. Os dados estatísticos de 2013, fornecidos pela Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul, revelam que Santana do Livramento conta com um total de 77 estabelecimentos de ensino sendo 25 estaduais, 01 federal, 37 municipais e 14 particulares. Os pesquisados deste projeto serão diretores, pais ou responsáveis e alunos da rede estadual de ensino, selecionados entre as escolas que já estão implementando a lei nº 10.639, pois a referida lei terá um papel importante nos resultados desta pesquisa. Será feita uma pesquisa qualitativa e os instrumentos serão: análise do material didático e entrevistas com diretores, pais ou responsáveis e alunos envolvidos. A intenção será usar como amostra as escolas que trabalham com um maior número de alunos no ensino fundamental.

A primeira parte será a de analisar o material didático que está sendo usado, em que disciplinas e em que etapa do processo de ensino aprendizagem, através de uma análise do conteúdo. A segunda parte constará de três etapas onde serão feitas as entrevistas semi-estruturadas. Na primeira etapa, a entrevista será com as diretoras para saber como a escola participa da construção de identidades e se houve alguma mudança ou algum tipo de treinamento para a implementação da lei anteriormente citada e, caso afirmativo, como está sendo feito para que a ação afirmativa seja cumprida efetivamente. Na segunda etapa, os pais ou responsáveis serão entrevistados sobre o mesmo tema em questão e para saber da reação dos alunos. Para finalizar, na terceira etapa, serão colhidos depoimentos de alunos para saber como eles entendem este processo de construção de identidades e como compreendem o espaço social escolar e como está repercutindo os novos temas que constam da lei entre eles.

Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos dos. **“A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas públicas no Brasil”**. In: Santos, José dos; CAMISOLÃO, Rita de Cassia e LOPES,

Vera Neusa (Org.). Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuição para uma educação anti-racista no cotidiano escolar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Semperder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino e MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MATTOS, Jane Rocha. **“Basília, Felicidade e belisaria”: fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/>